

O Precariado como Problema Sociológico

The Precariat as a Sociological Problem

Vinicius Tomaz Fernandes¹ 

Resumo

O precariado foi difundido como conceito a partir da necessidade, pelas ciências sociais, em conferir interpretações alternativas para o cenário de metamorfoses da classe trabalhadora, que tomou caráter acentuadamente heterogêneo e multifacetado, especialmente a partir da década de 1980. O presente artigo objetiva compreender a origem do termo precariado, os fundamentos conceituais fornecidos por seus principais teóricos, bem como seus críticos. Por fim, realizamos um balanço do debate teórico, nos afastando da concepção de um precariado como segmento social específico, seja ele concebido como uma nova classe social ou como segmento de classe, mas realçando sua dimensão eminentemente político-agitativa, ligada a sua origem em organizações de trabalhadores.

Palavras-chave: precariado; precarização; classe trabalhadora.

Abstract

The precariat was widespread as a concept from the necessity, by the social sciences, to confer alternative interpretations to the ever-changing scenario of the working class, which acquired a markedly heterogeneous and multifaceted character, especially starting from the 1980's. The present article has the goal to comprehend the origins of the term precariat, the conceptual foundations by its main theorists, as well as their critics. Lastly, we took stock of the theoretical debate, diverting ourselves from the concept of the precariat as a specific class segment, be it conceived as a new social class or as a class segment, but highlighting its eminently political-agitative dimension, linked to its origin in workers' organizations.

Keywords: precariat; precarization; working class.

Introdução

A revisita ao conceito de classes sociais, em geral, e de classe trabalhadora, em particular, se faz presente na agenda investigativa das ciências sociais ao menos desde a década de 1980, tendo André Gorz como um de seus pioneiros, especialmente na publicação de *Adeus ao proletariado?* (1982). Pode-se, desde então, falar do fim da classe trabalhadora ou de sua reafirmação, metamorfoseada, enquanto ser de classe.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil). Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo. E-mail: viniciustomazfernandes@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3713-4320>.

Dentre as diversas posições colocadas em debate, um ponto de partida comum: a classe trabalhadora não seria mais a mesma daquela observada ao longo do período de hegemonia fordista em continente europeu. Seu caráter, agora, seria acentuadamente multifacetado, heterogêneo, sob dominância do setor de serviços, com contratos de trabalho cada vez menos estáveis e legislações trabalhistas cada vez mais flexíveis. Nova realidade, novas necessidades analíticas e novos conceitos como resposta.

Uma miríade de categorias foi mobilizada na expectativa de reinterpretar as classes sociais e compreender o sentido das transformações da classe trabalhadora. Poderíamos mencionar, tomando o cenário brasileiro, conceitos como *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2005; 2009), batalhadores brasileiros (SOUZA, 2012), subproletariado (SINGER, 2012), e, é claro, o próprio precariado – é neste contexto no qual o objeto do presente artigo se insere.

Em primeiro momento, discorreremos brevemente acerca das discussões sobre a origem, retórica e conceitual, do precariado para, em seguida, apontar os aspectos de fundamentação teórica por seus principais autores. Em segundo momento, sistematizamos as principais críticas realizadas ao conceito pela literatura, conduzindo nossa síntese sobre o tema: estabelecemos uma distinção entre seu uso político e mobilizatório por organizações de trabalhadores e seu uso conceitual, pela teoria social, como chave analítica de estratificação social, concluindo pela impotência deste conceito para conferir uma análise adequada das metamorfoses da classe trabalhadora.

De suas Origens a seus Principais Teóricos

Se, por um lado, podemos observar que o precariado tem se tornado um conceito cada vez mais presente no vocabulário sociológico, em seus mais diversos níveis de rigor, por outro poderemos observar que persistem inúmeras questões não respondidas sobre o conceito. É nebulosa, particularmente, a origem do termo, questão sobre a qual discorreremos brevemente. Enquanto Alves (2014) não contribui satisfatoriamente para a localização da raiz do conceito, se limitando à referência em Standing (2015), esse último, por sua vez, fornece algumas pistas: “O termo descritivo ‘precariado’ foi usado pela primeira vez pelos sociólogos franceses nos anos 1980, para descrever os trabalhadores temporários ou sazonais” (STANDING, 2013, p. 26).

Standing (2015) aponta o nascedouro na sociologia francesa, ao passo que Braga (2012) afirma que ela teria sido tomada de empréstimo pelos sociólogos franceses, cuja origem caberia ao movimento sindical italiano. Em entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo, Braga afirma:

O conceito sociológico de precariado data dos anos 80. É uma expressão que surge na Itália, com o setor do movimento social autonomista, que começa a fazer uma análise de trabalho atípico. Tenta entender o porquê de as novas gerações, quando entram no mercado de trabalho, não encontrarem as mesmas políticas de bem-estar, sejam públicas ou privadas, que as gerações anteriores haviam experimentado, em especial no tocante à estabilidade. As novas gerações na Itália estavam situadas num mercado de trabalho com mais instabilidade, uma trajetória sócio-ocupacional entrecortada por períodos de desemprego, mais ou menos longos, ou de subemprego (BRAGA, 2017a).

A versão de Braga é confirmada por Richard Seymour: “[...] foi cunhada por sindicalistas italianos e circulou entre organizações trabalhistas francesas antes de ser adotada por Guy Standing” (SEYMOUR, 2012, *tradução nossa*²). Existem dois aspectos a serem destacados nas considerações de Seymour: o primeiro deles, Standing não foi o criador do termo. Ainda que tenha os méritos da retomada e popularização do termo, seria errônea tal afirmação, apesar de replicada nos ambientes acadêmicos. O segundo aspecto é mais sutil. Seymour dá destaque à circulação do termo nas organizações trabalhistas francesas, e não propriamente à sociologia francesa, sugerindo que a adoção por parte dos intelectuais teria se dado à *posteriori* de sua utilização entre os trabalhadores.

Seguindo adiante, no livro *Precariado ou Proletariado?*, Adrián Sotelo Valencia, citando Miguel Vidal³, fornece novas pistas:

Desde finais dos anos noventa, o grupo do *Precari Nati* – nascidos precários – elabora um discurso militante sobre *il precariato*. Em dezembro de 2006, a fundação Friedrich Ebert utilizou o termo *Prekariat* em seu estudo *Gesellschaft im Reformprozess* (Sociedade em processo de reforma). No âmbito acadêmico, o sociólogo Robert Castel estudou o fenômeno *précarit* no livro *Les Métamorphoses de la question sociale* e em obras posteriores. As referências abundam nestes últimos anos em alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e português, tanto na imprensa em geral quanto nos meios acadêmicos e profissionais. (VIDAL *apud* VALÊNCIA, 2016, p. 124).

A mencionada organização política, *Precari Nati*, diz respeito a um agrupamento fundado em 1996 e que organizou uma revista de debates políticos denominada *Senza Censura*, cujo lançamento data de fevereiro de 2000, acumulando trinta e nove volumes até seu fechamento em outubro de 2013. O termo *precariato* aparecerá pela primeira vez no terceiro volume (outubro de 2000), em dois artigos: i) *Sobre greve do dia 30 de junho dos trabalhadores das cooperativas sociais*⁴; ii). *Considerações preliminares sobre o agir de classe no início do milênio*⁵ (*tradução nossa*).

Em síntese, os termos *precari* (precários) e *precariato* (precariado) são tratados como sinônimos, mas também contam com importantes aspectos que permanecem presentes no debate contemporâneo: a) a identificação dos precários como aqueles trabalhadores vinculados a trabalho atípicos, sem direitos e desempregados, atingidos frontalmente pela flexibilização; b) o precariado como sujeito difuso, com dificuldades de ser organizado via movimento sindical tradicional. Não existem maiores apontamentos sobre de onde a organização se referencia na utilização do termo. De qualquer forma, trata-se de uma organização política da década de 1990, não correspondendo às pistas que apontou Braga ao afirmar que o conceito teve seu nascedouro nas organizações italianas na década de 1980.

Prosseguindo no exame da literatura, tomemos o mapeamento descrito por Martin Jørgensen:

2 “[...] was coined by Italian trade unionists and circulated among French labour organisations before being adopted by Guy Standing” (SEYMOUR, 2012).

3 Apesar de a citação ser atribuída a Miguel Vidal, quando conferidas as fontes, o texto aparece como tendo sido escrito por Luis Gonzáles.

4 *Sullo scipero del 30 giugno dei lavoratori delle cooperative sociali*.

5 *Considerazioni preliminari sull'agire di classe a inizio millennio*.

O neologismo "precariado" é um amálgama de "precariedade" e "proletariado". Foi adotado pelos ativistas trabalhistas franceses (como uma ferramenta retórica e de mobilização) na década de 1980, pelos sindicalistas italianos e pelos movimentos sociais espanhóis nos anos 90, e pelo Movimento pela Justiça Global no início dos anos 2000. O movimento de luta pelos direitos dos imigrantes irregulares o adotou em meados da década de 1990, e o vínculo entre migração e 'auto-agência' caracterizou o entendimento e o uso político do conceito. A origem do termo (*precarité*) remonta aos anos 1960, quando Bourdieu a usou para descrever a classe trabalhadora nas colônias e, posteriormente, um novo modo de dominação resultante de uma reestruturação (neoliberal) da economia global (JØRGENSEN, 2015, p.3, tradução nossa⁶).

Desta perspectiva queremos destacar os seguintes pontos: i) o autor reafirma a tese de que o termo precariado tem sua origem vinculada ao movimento operário (e, portanto, é absorvido pela sociologia apenas posteriormente); ii) enfatiza o caráter desse termo como um instrumento retórico e de mobilização (não como determinação de uma classe ou camada particular); iii) localiza o primeiro uso na França (não na Itália, como presente nos apontamentos anteriores).

É possível, portanto, estabelecermos uma distinção entre o uso político do precariado, como ferramenta de luta política, e seu uso sociológico, como conceito de estratificação social. Exploraremos essa ideia mais adiante.

De toda forma, quando se fala na apreensão do termo pela sociologia, o ponto de partida se concentra na obra de Robert Castel, mais especificamente associado ao livro *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (1998). Com sua primeira edição publicada no ano de 1995, a obra não cita nominalmente o precariado, mas, apesar disso, tem o mérito de apreender o fenômeno enquanto tal. Isto é, na referida obra, o autor discorre sobre a chamada "nova questão social", cuja origem se encontra na crise da sociedade salarial. Trata-se da expansão do desemprego, dos empregos temporários, parciais e por tempo determinado. Haveria uma descontinuidade das garantias sociais e perspectivas de futuro, elementos garantidores da coesão social (CASTEL, 1998).

É em *El Ascenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo* (2010) que Castel confere uma abordagem mais explícita e sistematizada acerca do precariado. Descreve o autor que não estaríamos em uma sociedade para além do salariado, mas, em contrapartida, podemos observar uma profunda transformação da condição salarial. Portanto, se por um lado o salariado continua como forma predominante, em nossa sociedade, da organização do trabalho, por outro lado, o "[...] emprego clássico é cada vez menos a forma dominante da estruturação do salariado" (CASTEL, 2010, p. 126, tradução nossa⁷).

⁶"The neologism "the precariat is an amalgam of "precarity" and "proletariat". It was adopted by French labour activists (as a rhetorical and mobilizing tool) in the 1980s, Italian trade unionists and Spanish social movements in the 1990s, and the Global Justice Movement in the early 2000s. The movement fighting for rights for irregular migrants adopted it in the mid-1990s, and the link to migration and self-agency has characterized the understanding and political use of the concept. The origin of the term (*precarité*) can be traced back to the 1960s when Bourdieu used or to describe the colonial working class and later a new mode of dominance resulting from a (neoliberal) restructuring of global economy" (JØRGENSEN, 2015, p. 3).

⁷"[...] El empleo clásico es cada vez menos la forma dominante de la estructuración del salariado" (CASTEL, 2010, p. 126)

O declínio da hegemonia do “emprego clássico” que, segundo autor, vem ocorrendo desde os anos 1970, tem por consequência a dificuldade em seguir opondo de forma dualista as noções de emprego e desemprego; emprego (em seu sentido clássico) e suas formas atípicas; condição salarial e precariado. Por decorrência do ritmo acelerado de expansão dos empregos “não-clássicos”, seria cada vez mais difícil denominá-los como “atípicos”. A precariedade estaria em processo de generalização, sendo caracterizada por Castel (2010) justamente como as formas de trabalho que contrastam com a estabilidade e consistência típicas do fordismo. Desta forma, o fim da sociedade do pleno emprego desembocaria na sociedade da “plena atividade”, o que não significa o fim do estatuto salarial (já que o assalariamento prosseguiria preponderante), mas em uma mudança estrutural de sua condição. O precariado, portanto, seria o registro da alteração de padrão do salariado, agora cada vez mais submetido à condição precária (em contraste com a relação salarial).

Quadro 1. Transformações da Sociedade Salarial - Robert Castel

Emprego “clássico”	Emprego “atípico”
Condição salarial	Condição precária
Salariado	Precariado
Pleno emprego	Plena atividade

Fonte: CASTEL (2010). Elaboração própria.

Tal como expusemos no quadro acima, Castel (2010) reelabora conceitos manejados na análise da sociedade salarial para a compreensão de suas transformações, como já apontava em *Metamorfoses da questão social*. A constante ameaça do desemprego e a flexibilização que atinge o mercado de trabalho e o trabalhador em suas mais diversas dimensões tensionam, cada vez mais, por sua individualização, fragmentando seus vínculos de classe e acirrando a competição entre si. O ideário que se coloca para esta sociedade deixa de ser a do pleno emprego, onde vigoraria a segurança e estabilidade, passando a ser a da plena atividade. É a generalização das relações entre indivíduos flexibilizados e atomizados, que competiriam como empresas-de-si-mesmos, com as atividades plenamente distribuídas pela racionalidade do mercado. Se tal projeção já toma contornos dramáticos mesmo tendo como cenário uma sociedade como a francesa, que está no centro das análises de Castel, tais condições se acirrariam de maneira ainda mais intensa nos países subdesenvolvidos.

É posteriormente que se inserem no debate os autores dos quais buscamos interpretar com maior exatidão suas respectivas “teorias do precariado” – Standing, Alves e Braga. É oportuno estabelecer um quadro conceitual entre os autores, enfatizando suas principais caracterizações, seus paralelos, distinções e proximidades que conservam entre si. Elencamos quatro aspectos: i) Origem, que se refere ao cenário que proporciona o surgimento do precariado enquanto tal; ii) Natureza, que evidencia a posição ocupada pelo precariado no interior da estrutura social; iii) Caracterização, que consiste nos elementos que particularizam o precariado em sua forma de ser; iv) Impulso político, que expressa as potencialidades de agir político do precariado.

Quadro 2. Teorias do Precariado

	Standing	Alves	Braga
Origem	Neoliberalismo	Crise estrutural do capitalismo	Capitalismo
Natureza	Nova classe social	Camada social do proletariado	Superpopulação relativa
Caracterização	Antagônica à velha classe trabalhadora	Juventude escolarizada	Proletariado precarizado
Impulso político	Extremista (entre a extrema direita e a extrema esquerda)	Extremista (entre a extrema direita e a extrema esquerda)	Inquietação operária ou reformismo plebeu

Fonte: Elaboração própria.

Os autores localizam distintos cenários de surgimento do precariado, apesar de todos conferirem alguma ênfase (ora mais, ora menos central) às transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir da década de 1970. Enquanto Standing está mais preocupado em observar como o precariado é consequência imediata das políticas neoliberais que fizeram erodir os direitos do trabalho, tratando o precariado quase que como fenômeno unicausal, Alves confere maior complexidade à análise deste mesmo período, apoiando-se em Mészáros (2009) para descrever a crise estrutural do capital que, por sua vez, conformaria o cenário do qual se ergueria o precariado.

A década de 1970 também terá espaço nas formulações de Braga (2012; 2017b), apesar de não ocupar lugar principal: nela o autor observa um movimento decrescente das taxas de lucro, fenômeno que se desenvolve e se expressa mais à frente como a passagem da globalização da crise para a crise da globalização. Portanto, enquanto Standing e Alves se apoiam sobre a referida década para justificar o nascimento do precariado como sujeito social, para Braga ela é uma época de potencialização da expressão do precariado, que teria suas raízes vinculadas ao capitalismo enquanto modo de produção e não a seus regimes de acumulação particulares.

A análise dos cenários de origem do precariado auxilia na compreensão da natureza desse sujeito na estrutura social e suas características, tais como postas pelos autores. Por se configurar como decalque das políticas neoliberais, o traço distintivo do precariado de Standing é sua ausência de identidade com o trabalho, a fluidez dos vínculos empregatícios e comunitários, a tomada dos sentimentos de raiva e frustração. São esses os fatores mobilizadores de sua necessidade de autoafirmação enquanto classe em contraposição, não à burguesia, mas ao proletariado - visto como velho e privilegiado. Para Jørgensen (2015), existem dois momentos da compreensão se Standing do precariado enquanto classe: uma primeira de influência weberiana, na observação de um precariado definido por suas distinções socioeconômicas de grupo; e uma segunda, como explícita referência marxista, do precariado que está em processo de transformação, ainda se encontrando como “classe-em-si”, buscando uma agenda política para tornar-se “classe-para-si”.

O entendimento do precariado como classe social será veementemente combatido por Alves e Braga, que o interpretarão como constituidores da classe trabalhadora, para tanto, os autores realizam caminhos distintos. Alves (2014) localiza o precariado como camada social do proletariado, entendendo a constituição de uma

camada social como a sobreposição de determinações, no caso do precariado, dando ênfase à questão geracional e de escolaridade. Diferentemente, Braga (2012) buscará assentar o precariado em consonância com a teoria marxiana ao correlacioná-lo com o conceito de superpopulação relativa.

As proximidades entre Alves e Braga cessam no debate da classe, sendo as caracterizações oferecidas muito distintas entre si. O foco de Braga (2012; 2017b) está em interpretar o precariado como um “proletariado precarizado” e, desta maneira, desenvolve sua argumentação em torno de categorias de trabalho não-qualificado ou semiqualficado; de inserção informal no mercado de trabalho ou formal precária, que são acometidos por relações tênues entre o emprego e desemprego. Paralelamente, Alves (2014) busca o precariado na juventude com qualificação profissional que ocupa postos precários, caracterizando a juventude pobre e não escolarizada como “proletaróide”. Ao mesmo passo, novamente poderíamos traçar semelhanças entre Alves e Standing, já que ambos se dedicam a descrever as características psicológicas que acometem o precariado em decorrência de sua inserção no mercado de trabalho e a ausência de vínculos de identidade e comunidade: frustração, ansiedade e medo são os mais frequentemente mencionados.

A abordagem política reflete os traços psicologizantes e, por tal motivo, Alves e Standing defendem igualmente um precariado cujo impulso político, quase que instintivo, é de se mobilizar em torno dos discursos tanto da extrema-direita, quanto da extrema-esquerda. É como se o precariado fosse incapaz de conformar um projeto próprio e se seduzisse pela radicalidade discursiva desses pontos extremos. Braga, diferentemente, localizará no precariado uma “inquietação operária” ou um “reformismo plebeu”, entendido como o ímpeto dessas massas populares de estruturar formas diversas de organização e associação (movimentos sociais, associações comunitárias, sindicatos) com o objetivo lutar por direitos sociais ou, em menor escala, obter conquistas pontuais.

Enquanto o precariado encontrava substantiva adesão conceitual nos círculos acadêmicos no Brasil e fora dele, é possível afirmar que a crítica à sua utilização é tão incipiente quanto variada. Como buscamos destacar ao longo deste trabalho, esse fato se deve não só ao caráter recente da retomada do conceito – que ainda não alcançou uma década – mas também devido à diversidade do leque de suas abordagens. Dentre os críticos das teorias do precariado encontraremos desde aqueles que realizam uma crítica interna, não descartando por completo sua utilização, até os que o rejeitam em sua totalidade.

Um Balanço Crítico

Iniciamos este percurso com o sociólogo americano Erik Olin Wright (2016), que concentra sua crítica na abordagem de Standing. A crítica de Wright pode ser apreendida em duas vertentes: a primeira delas enfatiza que, para ser uma classe distinta, o precariado precisaria ter interesses materiais específicos e diferenciados da classe trabalhadora; em segundo lugar, para que fosse entendida como classe, também seria necessário que os indivíduos que compõem o precariado traçassem estratégias de sobrevivência e de organização semelhantes e/ou compartilhadas entre si. Tais fatores não seriam observados dentro dos exemplos fornecidos por Standing, não encontrando respaldo em sua elaboração.

No interior da primeira crítica, poderíamos elencar a argumentação de Wright (2016) de que, se levássemos em consideração os interesses materiais em questão, o mais coerente seria compreender o precariado agrupado aos segmentos da classe trabalhadora sem direitos garantidos, em contraposição aos seus segmentos estáveis e que gozam de elevadas condições de vida. De tal forma, ao invés de buscar decompor os estratos mais precários, do ponto de vista da análise, o setor deslocado seria aquele composto por trabalhadores protegidos, que ocupam um lugar de classe privilegiado e, este sim, contraditório.

Em relação ao segundo aspecto crítico de Wright (2016), o autor destaca que o lugar de classe não se define pela “movimentação no jogo” de maneira uniforme, como teria proposto Standing. Se assim fosse, nem a própria classe trabalhadora poderia ser entendida como uma classe e, no mesmo sentido, o precariado também não. Isso ocorreria, segundo o autor, porque até mesmo o precariado – tal como compreendido por Standing – teria, dentro de si, movimentações muito distintas: por um lado as estratégias de sobrevivência e organização de trabalhadores migrantes sem documentação, por outro lado os jovens qualificados desempregados. Apesar disso, conclui:

O precariado, como um segmento da classe trabalhadora em rápido crescimento e portador das maiores queixas contra o capitalismo, pode ter um importante papel a desempenhar nas lutas contra as regras do capitalismo e contra o próprio capitalismo, mas não é uma classe em si mesma (WRIGHT, 2016, p. 134, *tradução nossa*)⁸.

Portanto, ainda que recuse o entendimento do precariado enquanto classe social, Wright não descarta o conceito por completo, entendendo-o no interior da classe trabalhadora. O autor enfatiza que, enquanto retórica, o precariado pode elevar as questões ligadas à precarização e ser utilizado como uma via de legitimação e consolidação de um programa de ação – nesse sentido demonstrando alinhamento às proposições de Standing – mas que os conceitos necessitam de significados precisos para a compreensão dos conflitos de interesse e do potencial coletivo. É nesse sentido que conclui: “E para esses propósitos, tratar o precariado como uma classe – mesmo como uma classe-em-formação – obscurece mais do que esclarece” (WRIGHT, 2016, p. 135, *tradução nossa*)⁹.

Diferentemente das objeções de Wright, que se concentra no caráter de classe, podemos identificar em Munck (2013) e Scully (2016) um bloco de críticas ao precariado que enfatiza suas raízes eurocêntricas. Em síntese, a argumentação dos autores é de que há uma narrativa que constrói um passado “de ouro” em contraposição a um presente precário, que não corresponde à historicidade dos países do sul global e, tampouco, poderia ser verificada em suas condições de vida, já que a precariedade seria uma condição permanente. Nas palavras de Munck:

É um termo que talvez capte os sentimentos entre os acadêmicos do norte, eles mesmos sujeitos à precarização e ao fim da segurança no emprego. Mas o termo é novo ou mesmo relevante para os milhões

⁸“The precariat, as a rapidly growing segment of the working class and the bearer of the sharpest grievances against capitalism, may have a particularly important role to play in struggles over the rules of capitalism and over capitalism itself, but it is not a class in its own right” (WRIGHT, 2016, p. 134).

⁹“And for these purposes, treating the precariat as a class – even as a class-in-the-making – obscures more than it clarifies” (WRIGHT, 2016, p. 135).

de trabalhadores e pobres urbanos do Sul global, para quem a precariedade sempre foi uma condição aparentemente natural? (MUNCK, 2013, p. 747, *tradução nossa*).¹⁰

Ao mesmo passo, Scully (2016) salienta que Standing identifica tendências reais e não pretende negá-las, mas que elas não poderiam ser tão facilmente generalizadas a nível mundial. Segundo o autor, a “velha classe trabalhadora do Sul” seria muito distinta daquela que Standing produz em sua mente, inclusive pelo motivo de que enquanto esse identificava, ao longo das décadas de 1980 e 1990, o declínio da “velha classe trabalhadora”, trata-se justamente do período de auge do sindicalismo do Sul, com o acirramento de suas lutas e a deflagração de importantes greves em países como África do Sul e Brasil.

Das elaborações de Standing, os autores reconhecem tendências e “insights” valiosos, mas o manejo do conceito de precariado, cunhado sob lentes do norte, se configuraria apenas como uma distração política. Se, por um lado, Scully (2016) enfatiza que a narrativa que opõe o passado seguro *versus* presente precário é imprecisa para os trabalhadores do hemisfério sul, por outro, Munck (2013) o complementa ao afirmar que o discurso sobre a precariedade não se traduz em escala global por estar assentado sob a perspectiva do declínio do fordismo e do Estado de Bem-Estar Social (no Norte).

A resposta de Standing em relação a crítica do caráter ‘nortista’ de sua teoria vem em dois artigos (2014b, 2016), podendo ser sintetizada em dois pontos principais. Primeiramente, o autor argumenta que de não identifica uma “idade de ouro” nos trinta anos que sucederam a segunda guerra mundial, mas apenas um período de predomínio de políticas trabalhistas que confundiram a atuação de socialistas e social-democratas. Ainda que o autor possa estar correto quando afirma que, em suas formulações, não há, *a priori*, uma identificação do período histórico em questão como “idade de ouro” ou como o recorrente termo “trinta anos gloriosos”, é inegável que há, como afirmou Munck (2013), uma clara referência do precariado em oposição ao trabalho tal como estava conformado no continente Europeu. Isto é, há uma explícita perspectiva que toma o ideal fordista do velho continente como parâmetro, tomando-o como condição “normal” ou “de referência” para a análise de precariedade – e, de tal forma, acaba por conceber seus aspectos conjunturais como estruturais.

O segundo ponto é a negação das noções de “Sul Global” ou “Terceiro Mundo”:

Em geral, os conceitos sociais não são certos ou errados, mas são úteis ou não para a pessoa que os utiliza. Assim, nunca entendi o que significa “o Sul Global”, ou “o Terceiro Mundo”, termos que Ben Scully usa. Eles implicam que há uma homogeneidade adequada abrangendo mais de 150 países (STANDING, 2016, p. 197, *tradução nossa*¹¹).

¹⁰“It is a term that seemingly perhaps captures some of the feelings among Northern academics, themselves subject to casualization and the end of job security. But is the term novel or even relevant, for the millions of workers and urban poor in the global South for whom precariousness has always been a seemingly natural condition?” (MUNCK, 2013, p. 747).

¹¹“Social concepts in general are not so much right or wrong, but useful or not for the person using them. Thus, I have never understood what “the Global South” means, or “the Third World”, terms that Ben Scully uses. They imply there is an adequate homogeneity covering over 150 countries” (STANDING, 2016, p. 197).

Mesmo que reconheçamos que termos como “Sul Global” e “Terceiro Mundo” tragam consigo um grande nível de indeterminação, sendo demasiadamente imprecisos, convém destacar que Standing não propõe melhores alternativas analíticas. Se o autor, em exercício de hiper-relativismo, não considera conceitos certos ou errados – apenas se são úteis ou não – podemos deduzir que, portanto, é pouco útil para Standing analisar o movimento desigual e combinado na dinâmica da precariedade, do mercado de trabalho e das classes sociais entre as diversas nações do globo. O que, aliás, reforça o argumento do caráter eurocentrado de suas proposições.

Outra crítica que pretendemos destacar é a da generalização da precariedade, trazendo ao debate Valência (2016) e Seymour (2012). Em que pese uma base argumentativa comum – de que a precariedade atinge a totalidade dos trabalhadores e não um segmento específico – as conclusões são radicalmente distintas entre si. Enquanto, para um, não há precariado, para o outro, somos todos precários. Vamos a cada um deles.

Primeiramente, a argumentação comum: tanto Valência (2016) quanto Seymour (2012), compreendem a precariedade como elemento estruturalmente constituinte da força de trabalho sob o capitalismo. Enquanto o segundo, Seymour, enfatiza os traços da precariedade do trabalho que se arrastam desde o século XIX (desemprego, arrocho salarial, condições de trabalho, etc), o primeiro enfatiza seu movimento e dinâmica dialética tratando a precarização como processo histórico de reestruturação da precariedade. Ambos reconhecem, portanto, que além da manutenção dos elementos pretéritos da precariedade, também há um desenvolvimento de novas formas que atuam sobre a força de trabalho, se expressando em novas modalidades como o trabalho a tempo parcial, temporário e suas diversas formas “flexíveis” no mercado de trabalho. As consequências teóricas da identificação dessa precariedade generalizada são, no entanto, diversas entre os autores.

A tese de Valencia é relativamente simples: a precarização atinge a totalidade da classe trabalhadora, indistintamente. Segundo o autor:

Para nós, o correto, mesmo correndo o risco de que nos acusem de essencialistas e dogmáticos, é falar de precarização como processo histórico-social de atualização e reestruturação da precariedade do trabalho na era do capitalismo neoliberal e depredador, que vai atingindo e cobrindo a maioria das categorias socioprofissionais da classe trabalhadora e do proletariado *independentemente* da idade, sexo, etnia, origem social, cultural e da categoria profissional (VALENCIA, 2016, p. 163, *grifo nosso*).

É verdade que, em controvérsia com a própria formulação, Valencia (2016) considere que este fenômeno não é homogêneo, mas “desigual, heterogêneo e contraditório” (p. 164). No entanto, apesar desse processo, a reestruturação do trabalho e as reformas neoliberais avançariam para além das camadas de maior vulnerabilidade, “homogeneizando paulatinamente os diversos níveis de precariedade do trabalho existentes no mundo” (VALENCIA, 2016, p. 159).

A nosso ver, é frágil a sustentação de Valencia sobre a homogeneização da precariedade nos diferentes grupos que compõem a classe trabalhadora. As desigualdades que destaca (geração, raça/ etnia, sexo, etc) não são, simplesmente, indiferentes para o capital: pelo contrário, são absorvidas como formas de acentuação

de processos de exploração, como o próprio autor identifica nos dados que levanta sobre a inserção da juventude no mercado de trabalho. Na tentativa de fugir da concepção dualista de Gorz, autor ao qual tece críticas em razão da compreensão gorziana que opõe mecanicamente um “núcleo central de trabalhadores estáveis” *versus* uma “massa periférica de trabalhadores precários”, Valencia acaba por recair no outro extremo da crítica: a precariedade que se distribui de forma homogênea, indistinta, indiferente, sem que haja maiores e substanciais argumentações que justifiquem esse sentido. Para o autor, portanto, não há motivos para identificar um contingente dos trabalhadores como precariado.

Por outro lado, Seymour (2012) leva o conceito às últimas consequências, concluindo pela consigna “somos todos precariado”. Mas, é claro, não sem antes traçar duras críticas ao seu atual patamar de teorização. O autor enfatiza que, tal como está posto hoje, o precariado não passa de um conceito extravagante, de teorização insatisfatória e de uso abusivo. Em contrapartida, não deveria ser tão facilmente descartado, já que nele há um potencial politicamente estratégico.

A principal dificuldade de embasamento teórico do conceito seria pelo fato de que seus defensores querem dele objetivos que não pode cumprir, isto é, “nomear, descrever e explicar uma classe social em desenvolvimento” (SEYMOUR, 2012). Seymour é, portanto, mais um dos críticos que nega ao precariado seu caráter de classe social, mas, diferentemente dos anteriores não buscará redefini-lo em termos de segmentação interior da classe trabalhadora. Para o autor, se a precariedade é elemento que atinge a classe trabalhadora em seu conjunto – vale frisar que não nega o caráter diferenciado da precariedade no interior da classe – ela pode atuar como elemento de unificação daqueles que se colocam em posição antagônica às classes dominantes.

A precariedade não pode ser a base da estratégia política em si, mas pode ser parte de um sistema de articulações que unifica os afetados por ela em uma luta contra o bloco de poder. A classe trabalhadora, como aquela classe mais afetada pela precariedade e, acima de tudo, como aquela classe mais dotada de capacidade estratégica disruptiva por causa de seu papel na reprodução do sistema, deve assumir a liderança em qualquer aliança. Mas devemos supor que outras camadas - elementos da pequena burguesia e da classe média profissional - vão querer se juntar à luta. O precariado é uma interpelação que pode ajudar na formação de uma nova política majoritária radical, com um núcleo anticapitalista (SEYMOUR, 2012, *tradução nossa*¹²).

A defesa de Seymour do precariado como termo catalisador de alianças para a luta de classes encontra confluência e maior desenvolvimento com Jørgensen (2015), que traça os conceitos da seguinte forma: a precariedade é entendida como *condição* na qual estão imersos os trabalhadores no capitalismo, a precarização como *processo*, enfatizando seu caráter histórico e, por fim, o precariado como *identidade*. Em suma, a

¹²“Precarity cannot be the basis for political strategy in itself, but it can be part of a system of articulations unifying those affected by it in a struggle against the power bloc. The working class, as that class most affected by precarity, and above all as that class most endowed with strategic disruptive capacity because of its role in reproducing the system, must take the lead in any such alliance. But we must assume that other layers – elements of the petty bourgeoisie and professional middle class – will want to join the struggle. The precariat is an interpellation that can help in forming a new, radical majoritarian politics with an anti-capitalist core” (SEYMOUR, 2012).

precariedade passa a ser considerada um elemento chave para repensar, em termos de possibilidades de unidade política, grupos com grande grau de heterogeneidade entre si no seio do capitalismo neoliberal. Ao contrário das teorias do precariado, a precariedade não é considerada como uma determinação de classe (ou de fração/camada/segmento de classe), isto é, ela não é considerada como elemento de posicionamento na estrutura de classes, mas adquire centralidade política na medida em que se baseia como elemento identificador a partir das experiências concretas de condições de trabalho e de luta política.

A precariedade é, deste ponto de vista, tomada como “ponto de partida para criar um espaço comum para as lutas sociais e para produzir novas subjetividades políticas” (JØRGENSEN, 2015, p. 2, *tradução nossa*¹³). A conclusão do autor é menos enfática que a de Seymour – para quem, como já afirmamos, “somos todos precários” e “somos todos precariado” – Jørgensen aponta o termo precariado como uma *potencial* ferramenta geradora de identidade a partir da condição comum – embora heterogênea – de precariedade.

Em vias de conclusão, se é a classe trabalhadora que está em questão, o precariado é a resposta? Para Standing, é imperativo que criemos uma nova linguagem para compreender as relações de classe que permeiam a contemporaneidade. O permanente e invisível interlocutor desse debate continua a ser André Gorz (1982; 2003), para quem a classe trabalhadora estaria terminada - se não completamente finita do ponto de vista quantitativo, ao menos esgotada do ponto de vista político. Se junto ao adeus da classe trabalhadora, essa levou embora consigo os projetos utópicos de transformação societária radical, seria necessário buscar o novo sujeito portador de um projeto utópico. A "não-classe-de-não-trabalhadores" não se conformou como uma resposta suficiente nem mesmo para Gorz, já que o conceito, que ganha holofotes e centralidade em seus escritos dos anos 1980, perde espaço em suas obras posteriores.

Há, em Standing, uma interlocução íntima com as interrogações postas, décadas antes, por Gorz, assim como uma nítida tentativa de revirar não só a concepção sobre a classe trabalhadora, mas a noção de estratificação social e estrutura de classes. Não por acaso, Standing mobiliza novos conceitos - ainda que insuficientemente descritos - para reinterpretar também as classes dominantes, camadas médias e o lumpen, tais como "plutocracia", "elite", "proficians", "lumpemprecariado". Ironicamente, Standing mobiliza o vocabulário marxista para justificar a identificação de sua incipiente classe social: uma *classe-em-formação* que estaria caminhando para tornar-se uma *classe-em-si* e para, um dia, chegar a ser *classe-para-si*.

A utilização do linguajar de inspiração marxista não encontra maior lastro teórico no desenvolvimento conceitual. O precariado vai sendo paulatinamente definido, sobretudo, em sua negatividade, por aquilo que não é. Não pertence ao contrato social que marcou o Estado de Bem-Estar Social, não goza de estabilidade em seus projetos pessoais, não constrói uma identidade no trabalho, carece de vínculos fortes (seja no trabalho, família ou comunidade). A conformação do precariado enquanto classe depende, portanto, fortemente de sua negatividade em relação à "velha classe trabalhadora", na mesma medida em que desaparece - ou se dilui - o antagonismo em relação às classes dominantes, mesmo que nos refiramos à "plutocracia" e à "elite", já que na estratificação de Standing é ausente, sem motivo aparente, a burguesia.

¹³ “Point of departure for creating a common space for social struggles and for producing new political subjectivities” (JØRGENSEN, 2015, p. 2).

O fato é que se torna um exercício fatigoso a procura incessante de Standing de exemplificações de interesses materiais divergentes entre o precariado e a classe trabalhadora, por dois motivos. Simplesmente, porque os interesses entre os sujeitos podem não ser tão diferentes assim e, em segundo lugar, porque ainda que a nível concreto possamos elencar uma série de conflitos entre trabalhadores estáveis e instáveis, formais e informais, com direitos e sem direitos, poderíamos, na mesma medida, evidenciar uma série de experiências de vínculo colaborativo entre esses trabalhadores.

Aliás, é importante que se reafirme, neste momento, que as disputas intraclasse, incluindo a competição interna entre os trabalhadores e conflitos de interesse entre, por exemplo, categorias profissionais, não é uma novidade para a teoria marxista. Ela é elemento fundamental para a compreensão da superpopulação relativa. Queremos, com isso, afirmar que, mesmo que por exercício de abstração considerássemos tão somente conflitos nos interesses materiais no plano concreto, não seria motivo suficiente para que deduzíssemos uma determinação de classes. Em última instância, precariado e classe trabalhadora teriam o objetivo político estratégico comum: a abolição da exploração da força de trabalho, raiz do trabalho assalariado e de sua precariedade.

A imagem contornada sobre a "velha classe trabalhadora" atesta, em grande medida, as críticas da perspectiva eurocêntrica na qual se banham as formulações de Standing. O autor não só expressa uma concepção operarista do proletariado, como apontava Bensaid (2008), mas também adiciona a ela o marco regulatório do trabalho típico do Estado de Bem-Estar Social. Poderíamos presumir que Standing teria dificuldades para localizar a "velha classe trabalhadora" no Brasil, mesmo em seu setor industrial, não só pelo imenso grau de informalidade do nosso mercado de trabalho, mas porque a formalidade no país não significou, necessariamente, estabilidade e garantia de direitos, tal como no velho continente (em geral, para os trabalhadores nacionais e, sobretudo, do sexo masculino).

Há uma solução tão descomplicada quanto sedutora que é, tomados pelo espírito de ortodoxia, negar por completo o precariado, refutando todo o seu variado leque de utilização. Motivos para tal são abundantes: sua polissemia, a frágil teorização e o real risco de, como apontou Druck (2018), acabarmos colaborando mais para dividir a classe trabalhadora em suas lutas do que, propriamente, fortalecê-las. O passo seguinte é apontar a classe trabalhadora como categoria histórico-social, compreendendo suas metamorfoses, enfatizando sua dinamicidade e sua diversidade de formas de expressão no decorrer do desenvolvimento histórico. Tratar-se-ia de descartar o precariado e repor a centralidade da classe trabalhadora.

Há, no entanto, um problema: como, após descartá-lo, interpretar movimentos já existentes que se identificam e autodenominam como precariado? Tal como observado por Antunes (2018), este tipo de movimento se disseminou por uma variedade de países europeus, como o *Clash City Workers* (Itália) e *Precários Inflexíveis* (Portugal). Também nos recordemos dos *Precari Nati* e de que, segundo aponta nossa investigação sobre a origem, tudo indica que o precariado (enquanto termo) teria nascido e circulado primeiramente nas organizações políticas do proletariado para, apenas posteriormente, ser apreendida e utilizada pela sociologia. O simples descarte do precariado ignora esse cenário e, portanto, deixa de lado importantes elementos que carecem de trato teórico e político.

É preciso, em nossa interpretação, retomando valiosas contribuições de Seymour (2012) e Jørgensen (2015), afastar do precariado as conceituações que atribuem a ele um sentido estruturante na conformação das classes sociais e, paralelamente, reforçar sua tônica política. O exercício que propomos é, portanto, retomar o sentido colocado nas origens do conceito. Desta forma, refutamos a concepção de um precariado como segmento social específico, seja ele concebido como uma nova classe social (Standing) ou como sujeito no interior da classe trabalhadora (Alves e Braga), mas realçamos sua dimensão eminentemente política, que se ergue a partir de uma condição comum - de precariedade - e pode se articular na dimensão da identidade - como precariado.

Afastamos, assim, a ideia de que a precariedade possa atuar como fator determinante para a clivagem de classe (ou estrato de classe). Pelo motivo de que ela, a precariedade, é entendida em seu momento sincrônico como condição da força de trabalho sob a exploração capitalista, enquanto a precarização, o momento diacrônico, encontra-se em generalização, sofrendo, ainda, mediação em seu processo de expansão pelas diversas realidades nacionais e seu caráter desigual e combinado.

Não por acaso o termo encontrou seu nascedouro em continente europeu, assim como é onde ainda encontra maior ressonância. Isso se deve ao contraste, sobretudo geracional, entre aqueles que vivenciaram a égide dos direitos do trabalho e os que, hoje, vivenciam as agruras da flexibilização em suas mais variadas dimensões. De tal forma, consideramos que até mesmo o alcance político do termo é limitado, tendo capacidade potencial de elevar patamares de luta em conjunturas sociais e políticas específicas, mas aparentemente não tendo o mesmo vigor em países subdesenvolvidos, cuja realidade do mundo do trabalho é estruturalmente marcada pela negação de direitos e, conseqüentemente, o contraste da erosão dos direitos trabalhistas não é tão explícito ao ponto de fazer do precariado uma alegoria política dotada de sentido.

A apreensão do significado político do precariado não nega a imperiosa tarefa de atualizar a compreensão da classe trabalhadora, em sua *forma-de-ser*, considerando suas características multifacetadas, sua heterogeneidade e sua dinâmica complexa e contraditória de expressão. Dentre os contemporâneos estudos sobre as classes sociais, esse permanece sendo um dos inconclusos desafios postos, cuja incompletude fomenta o impulso da teoria sociológica em criar e/ou absorver novos conceitos para explicar velhos fenômenos.

Considerações Finais

Sem a pretensão de esgotar o debate, este artigo propôs abordar o precariado sob o ângulo do contemporâneo debate sobre as classes sociais e, particularmente, sobre a classe trabalhadora. A questão de fundo, que anima nossas aspirações, permanece em vigor: se a classe trabalhadora não é mais a mesma, quais foram as direções das mudanças em sua *forma-de-ser*? Faz-se necessário que novos conceitos sejam elaborados, pelo pensamento sociológico, para a compreensão dessa nova realidade? Se sim, quais? Se não, como atualizar os conceitos já em vigor?

Nosso objetivo foi buscar, a partir das teorias do precariado, os fundamentos teóricos desse conceito para, em seguida, analisar sua potencialidade explicativa acerca das metamorfoses da classe trabalhadora. A primeira marca do precariado é, enquanto conceito, sua polissemia. Apesar de ter encontrado relativa difusão nos

circuitos acadêmicos, a variedade de compreensões, abordagens e fundamentações dificulta interpelações comparativas e o desenvolvimento teórico. Isso ocorre porque, no limite, apesar da utilização da mesma palavra, os autores não estão, a rigor, falando do mesmo objeto ou fenômeno.

É claro, o cenário do debate colocado pelos teóricos do precariado é muito próximo. Mas os determinantes do conceito – como a precariedade, a precarização, o contingente populacional ao qual se referem – são radicalmente distintos. A polissemia poderia catalisar o desenvolvimento teórico, pois ela não é, em si, um elemento de embargo. Entretanto, ela obstaculiza esse desenvolvimento na medida em que as abordagens vão se tornando uma série de diferentes tentativas de encaixar o novo sujeito social em uma precedente teoria de estratificação social.

Esta questão nos motivou na tentativa de rastrear o lastro teórico do precariado e, em seguida, se colocou como uma nova problemática: a indeterminação de sua origem. Como demonstramos, entre os teóricos, são difusas suas referências. A indicação é de que a origem do precariado, enquanto termo, remonta à sua utilização, retórica e mobilizatória, pelas próprias organizações da classe trabalhadora. Isso nos permitiu traçar uma distinção entre o uso político (agitativo) e o uso sociológico (como ser de classe) do precariado, já que foi apenas posteriormente recepcionado pela sociologia e fundamentado enquanto conceito. A vantagem dessa conclusão é conciliar a crítica ao precariado, não o tomando como chave analítica pertinente para a compreensão da atual conformação das classes sociais, com o reconhecimento de movimentos que se mobilizam sob esse registro. Tal fato é ignorado pelos críticos que, em nome de uma pretensa ortodoxia, tratam por refutar por completo o conceito antes de, devidamente, compreendê-lo.

O precariado adquire um sentido eminentemente político, que é marcante na sua aparição entre as organizações proletárias, mantendo seu sentido agitativo e gerador de identidade em determinadas situações concretas da luta política. No entanto, o conceito não demonstra consistência em sua atribuição como sujeito social no interior da análise da estrutura de classes. A agenda de pesquisa que se põe diante de nós, portanto, exige que nos debruçemos com maior afinco em duas direções: i) pesquisas documentais, que objetivem uma maior precisão sobre a origem e conteúdo da utilização do termo precariado no interior das organizações dos trabalhadores a partir da década de 1980; ii) estudos de caso sobre os movimentos autodenominados ‘precariado’ ou, simplesmente, ‘precários’, na atualidade. Esse esforço permitiria o levantamento de subsídios para compreender se e como o ‘precariado’ opera na formação de identidade e mobilização política em lutas sociais específicas.

A pesquisa, portanto, buscou fornecer contribuições para o desenvolvimento da teoria sociológica que se debruça sobre o entendimento das atuais relações de classe, fornecendo elementos para a análise da *forma-de-ser* da classe trabalhadora, o que repercute em seus potenciais e limites organizativos na luta política. Cientes da altura desafios que se colocam frente ao pensamento científico, em suas mais diversas áreas e dimensões, esperamos que o presente estudo contribua nas respostas das precedentes questões e, é claro, que suscite novas.

Referências

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil*. Bauru: Canal6, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 10. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BENSAID, Daniel. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- BRAGA, Ruy. Exploração e desemprego definem precariado. *O Estado de São Paulo*, 2017b. Entrevista concedida a Amanda Pupo e Lauriberto Pompeu. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/focas/planeje-sua-vida/exploracao-e-desemprego-definem-precariado-diz-sociologo-ruy-braga>>.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTEL, Robert. *El Ascenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- DRUCK, Graça. A metamorfose das classes sociais no capitalismo contemporâneo: algumas reflexões. *Em Pauta*. n. 41, v. 16, pp. 68-92, 2018.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica a razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.
- JØRGENSEN, Martin Bak. Precariat – what it is and isn't – towards an understanding of what it does. *Critical Sociology*, pp. 1-16, 2015.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2ª ed, 3ª reimp, 2009.
- MUNCK, Ronaldo. The precariat: a view from the South. *Third World Quarterly*, v. 43, n 5, 2013, p. 747-762.
- PRECARI NATI. Considerazioni preliminar sull'agire di classe a inizio millennio. *Senza Censura*, n 3, 2000. Disponível em: <http://www.senzacensura.org/public/rivista/sc00_0315.htm>.
- PRECARI NATI. Sullo sciopero del 30 giugno dei lavoratori delle cooperative social. *Senza Censura*, n 3, 2000. Disponível em <http://www.senzacensura.org/public/rivista/sc00_0316.htm>.
- SCULLY, Ben. Precarity north and south: a southern critique of Guy Standing. *Global Labour Journal*. v. 7, n. 2, pp. 160-173, 2016.
- SEYMOUR, Richard. *New Left Project*, 2012. Disponível em: <http://www.newleftproject.org/index.php/site/article_comments/we_are_all_precarious_on_the_concept_of_the_precariat_and_its_misuses>.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- STANDING, Guy. Why the Precariat is not a “Bogus Concept”. *Open Democracy*. 2014. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/print/79901>>.
- STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- STANDING, Guy. The precariat, class and progressive politics: a response. *Global Labour Journal*. v. 7, n. 2, pp. 189-200, 2016.
- VALÊNCIA, Adrián Sotelo. *Precariado ou Proletariado?* Bauru: Canal6, 2016.
- WRIGHT, Erik Olin. Is the precariat a class? *Global Labour Journal*. v. 7, n. 2, pp. 123-135, 2016.